

**ROTAS DE ACUMULAÇÃO DOS USINEIROS NORDESTINOS (2005-2020)**

**RUTAS DE ACUMULACIÓN DE LOS EMPRESARIOS DEL AZÚCAR Y ALCOHOL DEL  
NORESTE BRASILEÑO (2005–2020)**

**ROUTES OF ACCUMULATION OF SUGAR AND ALCOHOL ENTREPRENEURS IN THE  
BRAZILIAN NORTHEAST (2005–2020)**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.69722>

Lucas Bezerra<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa as rotas de acumulação dos usineiros nordestinos na série histórica 2005-2020, dedicando-se à realidade dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, principais produtores e exportadores de açúcar e álcool na região. O debate estrutura-se em torno da combinação entre o processo produtivo e os métodos de acumulação, de modo que a exposição se divide em dois planos internamente articulados: “dentro da usina”, que aborda as transformações no universo produtivo; e “fora da usina”, que evidencia a diversificação das estratégias de acumulação delineadas por esses empresários. Com base em entrevistas com dirigentes de entidades patronais e movimentos populares, documentos oficiais e jornalísticos, os resultados indicam que mesmo os tradicionais grupos de usineiros expandem e sofisticam suas estratégias de acumulação, articulando práticas modernas e arcaicas e renovando formas de intervenção que assegurem a longa manutenção de sua posição econômica e política.

**Palavras-chave:** Burguesia. Usineiros. Agronegócio. Capitalismo contemporâneo. Nordeste brasileiro.

**Resumen:** El artículo analiza las vías de acumulación de los propietarios de usinas del Noreste de Brasil en la serie histórica 2005–2020, centrándose en los estados de Alagoas, Pernambuco y Paraíba, principales productores y exportadores de azúcar y etanol de la región. El debate se estructura en torno al análisis combinado del proceso productivo y los métodos de acumulación, organizándose el texto en dos dimensiones: “dentro de la usina”, que aborda las transformaciones en el universo productivo; y “fuera de la usina”, que evidencia la diversificación de las estrategias de acumulación desarrolladas por estos empresarios. Con base en entrevistas con dirigentes de entidades patronales y movimientos populares, documentos oficiales y registros periodísticos, el estudio indica que incluso los grupos tradicionales de propietarios de usinas amplían y sofistican sus estrategias de acumulación, articulando prácticas modernas y arcaicas y renovando formas de intervención que aseguran el mantenimiento de su posición económica y política.

**Palabras clave:** Burguesía. Proprietarios de usinas. Agronegocio. Capitalismo contemporáneo. Noreste brasileño.

**Abstract:** The article analyzes the accumulation routes of Northeastern sugar mill owners in the 2005–2020 historical series, focusing on the states of Alagoas, Pernambuco, and Paraíba, the main producers and exporters of sugar and ethanol in the region. The discussion is structured around the combined analysis of the production process and accumulation methods, with the text organized into two dimensions: “inside the mill,” which addresses transformations within the productive universe; and “outside the mill,” which highlights the diversification of accumulation strategies pursued by these entrepreneurs. Based on interviews with leaders of business associations and popular movements, official documents, and journalistic records, the study shows that even traditional groups of mill owners expand and sophisticate their accumulation strategies, combining modern and archaic practices and renewing forms of intervention that ensure the maintenance of their economic and political position.

**Keywords:** Bourgeoisie. Sugar mill owners. Agribusiness. Contemporary capitalism. Brazilian Northeast.

### Introdução

Os usineiros nordestinos atravessaram o tempo apoiando-se na combinação entre inovações e velharias. Partícipes de longa data da classe dominante agrária brasileira, “herdeiros” da longa tradição dos senhores de engenho, eles carregam consigo práticas, relações e privilégios historicamente sedimentados. Ao mesmo tempo, devido às crises recorrentes que enfrentam, buscam incorporar novidades: no discurso, elaboraram uma nova retórica de legitimação, assentada na defesa do monocultivo da cana-de-açúcar como um negócio “agro-social”; no plano econômico, para manterem sua posição no circuito do poder, tiveram de ajustar suas estratégias de acumulação às diretrizes do capitalismo contemporâneo.

Neste texto, interessa-nos esse segundo ponto, vinculado à dinâmica *diretamente* econômica. Nosso objetivo consiste em apresentar algumas indicações acerca das vias contemporâneas de acumulação dos usineiros nordestinos. Não se trata de oferecer um inventário exaustivo de todas as formas de acumulação praticadas pelo segmento empresarial em análise, mas de destacar algumas tendências que ajudam a decodificar o movimento recente desse setor.

Partimos do entendimento de que, embora os usineiros mantenham traços históricos de sua configuração político-econômica, a dinâmica compreende seu processo de acumulação realiza-se, nos dias de hoje, por meio da combinação entre novos e velhos métodos, indo da relação parasitária que historicamente mantiveram (e mantêm) com o Estado brasileiro à incorporação de mecanismos financeiros, tecnológicos, comerciais e agroindustriais condizentes ao presente estágio de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

De modo geral, e isso ficará evidente ao longo do texto com base em dados e elementos empíricos, nosso argumento gira em torno do pressuposto de que há uma diversificação crescente dos dispositivos pelos quais os usineiros da “zona da cana” nordestina acumulam e asseguram sua reprodução econômica e política. Dito de outro modo, os usineiros são, cada vez menos, apenas usineiros. Embora a fonte originária de sua riqueza seja o lucro extraído nas usinas e destilarias, esses capitalistas têm expandido suas operações para além do setor sucroalcooleiro; transbordam até mesmo os limites do espaço agrário e se projetam como *modernos empresários* que atuam não só na esfera produtiva, mas também no comércio, no setor de serviços, nas finanças, entre outras atividades econômicas.

Nesse sentido, buscamos apresentar a *forma* e o *conteúdo* de uma tendência em curso de diversificação na aplicação de capitais por parte dos tradicionais grupos de usineiros da região. Esse aspecto constitui o principal ponto discutido neste artigo. Os resultados apresentados derivam de nossa tese de doutoramento. A análise contempla a dinâmica da acumulação pelos usineiros tanto no interior das unidades produtivas (usinas e destilarias) quanto em sua atuação *para fora*, isto é, em outros setores econômicos. Entendemos que ambas as dimensões — *dentro da usina* e *fora da usina* — integram o mesmo processo. Ademais, tentamos não separar de modo estanque as dimensões econômica e político-ideológica, pois, no desenrolar da análise, identificamos que o discurso patronal se entrelaça às formas contemporâneas de acumulação, dominação, exploração e expropriação.

Metodologicamente, a investigação apoiou-se em pesquisa empírica realizada entre 2021 e 2022 nos estados selecionados (Alagoas, Pernambuco e Paraíba), incluindo entrevistas com dirigentes de entidades patronais e de movimentos populares, contrastando-as. O diálogo com a literatura especializada sobre o setor sucroalcooleiro, com os estudos sobre o agronegócio e sobre as classes dominantes no campo brasileiro, além do recurso a dados de organismos oficiais, constituiu uma base complementar indispensável à análise. Somam-se, ainda, documentos e artigos jornalísticos produzidos sobretudo por sindicatos e/ou associações patronais, que nos permitiram acessar interpretações elaboradas pelos próprios usineiros e seus porta-vozes. Todo o processo investigativo, construído a partir da triangulação entre pesquisa empírica, documental e bibliográfica, esteve vinculado à delimitação temporal de nossa análise, que abrange a série histórica 2005-2020. Trata-se de um período em que o setor sucroalcooleiro, no Brasil, experimentou transformações significativas, marcadas pela reconfiguração de seus agentes, estratégias e formas de inserção no mercado de *commodities* e para além dele.

Nossa exposição está organizada em duas partes, além desta introdução e dos comentários conclusivos. Na primeira, concentramos nossa análise na dinâmica da acumulação “dentro da usina”, examinando o processo produtivo e as redefinições recentes na organização interna nas unidades produtoras. Na segunda parte, voltamo-nos para o que ocorre “fora da usina”, considerando a atuação dos grupos empresariais em outros setores econômicos, sua influência política e o modo como se posicionam no circuito mais amplo de poder. Essa divisão permite compreender tanto a dimensão interna quanto a externa do processo de acumulação, mostrando, nos comentários conclusivos, como elas se articulam e se reforçam mutuamente.

### ***Dentro da usina: reconfigurações recentes no processo produtivo***

No que se refere ao *processo produtivo*, o empresariado do açúcar e do álcool tem inovado em seus mecanismos de produção industrial, gestão e controle da força de trabalho. O incremento em desenvolvimento científico e tecnológico é notório, expresso em equipamentos de geoprocessamento, maquinário de última geração e sistemas de monitoramento cada vez mais sofisticados. Entretanto, essa modernização concentra-se majoritariamente no eixo industrial, enquanto o agrícola permanece marcado por um hiato tecnológico evidente.

No centro dessa contradição está a predominância do corte manual da cana-de-açúcar nas usinas e destilarias da região. Sem ignorar a tendência à mecanização (Tenório Lima, 2021), preserva-se na *zona da cana* nordestina elementos do processo de trabalho dos canavieiros que já se arrastam há séculos. O resultado é uma elevação da produtividade sem alterações significativas no processo de trabalho na agricultura. Não se constata, por exemplo, elevação da jornada de trabalho, nem modificações dos instrumentos de trabalho, nem investimentos consistentes em ciência e tecnologia aplicadas ao cultivo.

Em contraste com a realidade do eixo Centro-Sul, identifica-se uma particularidade inscrita no âmbito da *divisão inter-regional do trabalho*, em face da qual as condições de organização da produção sucroalcooleira nos eixos Norte-Nordeste e Centro-Sul não coincidem<sup>2</sup>. Porém, há dois elementos que, ao

modo de cada região, parecem ter obtido projeção nacional, ambos ligados ao refinamento do *processo de gestão e controle da força de trabalho*.

Em primeiro lugar, a nova geração de usineiros tem abraçado o ideário *colaboracionista*, assumindo o linguajar do capital em relação ao trabalho. Esse ideário configura-se como uma *pedagogia do saber-fazer* coerente à racionalidade empresarial. Enquanto elemento ideológico do processo de dominação-exploração, manifesta-se não apenas no vocabulário patronal, mas na atuação de setores do movimento sindical dos trabalhadores no recorte espacial da pesquisa. Constata-se, assim, uma certa adesão de parcelas do sindicalismo rural ao discurso dos usineiros. Um dos principais espaços em que essa tendência se manifesta são as convenções coletivas entre empresários e trabalhadores. Segundo um representante dos patrões, “*a convenção coletiva é sempre negociada, discutida de uma forma bem amistosa, de forma a preservar muitas conquistas*” (Entrevistado 2, entidade patronal). O clima “amistoso” a que se refere certamente contribuiu para o baixo índice de greves e/ou paralisações no período analisado (apenas Pernambuco registra uma ou outra greve curta, de três a quatro dias, entre 2005 e 2020). Em síntese, esses exemplos demonstram que a ótica colaboracionista contribuiu para mitigar os conflitos entre patrões e trabalhadores.

Vejamos o que nos relatou o dirigente de um sindicato patronal:

Em 1991 havia um princípio de greve. Naquele ano, um dos empresários tomou a liderança, foi ao encontro do então presidente da Federação dos Trabalhadores e propôs um entendimento que fosse bom para as duas partes. Isso iniciou um período interessante. Dali em diante, desde 1991 nunca mais houve nenhum desentendimento entre empregadores e trabalhadores (Entrevistado 2, entidade patronal).

Sem sombra de dúvida, negociar é, na arena da política, um atributo intrínseco à relação capital-trabalho, mediada pela presença das entidades de classe de ambos os lados. O que problematizamos aqui são os termos dessa negociação: sentar-se à mesa para discutir e negociar não implica, necessariamente, que os trabalhadores assumam o raciocínio ou a agenda patronal. Uma militante do movimento popular, com quem dialogamos durante a pesquisa, corroborou essa análise. Em sua visão, o elemento combativo do sindicalismo rural tem dado lugar a um adesismo às propostas dos usineiros:

Antes o sindicato era mais combativo. Agora não tem mais a denúncia, é impressionante. A gente faz uma conversa com o presidente e dias depois ele tá na imprensa, sentado na roda de patrão. O discurso dele é escorregadio, não tem firmeza (Entrevistada 5, movimento popular).

Essa realidade, contudo, não é uniforme nos estados selecionados. No que tange à direção política do sindicalismo rural na *zona da cana*, há variações tanto entre as federações estaduais quanto entre os sindicatos de trabalhadores rurais em municípios onde a atividade sucroalcooleira está presente. Além disso, é preciso ponderar que o confronto ao poderio dos usineiros não provém em exclusivo do sindicalismo rural, uma vez que movimentos populares no campo, como o MST e a CPT, desempenham um papel importante nessa resistência.

Em suma, o ideário do “colaborador” integra-se ao processo produtivo e aos mecanismos de controle e gestão da força de trabalho, figurando-se entre as *funções pedagógicas* exercidas pelos usineiros. Essa concepção não possui coloração apenas do ponto de vista ideológico, mas também se revela nitidamente *político-organizativa*, visto que tenciona alterar a própria percepção de dirigentes sindicais em relação ao capital.

Em segundo lugar, há uma mudança na condução dos mecanismos de controle e de gestão, com uma crescente delegação dessas responsabilidades a equipes profissionais especializadas nas áreas de gestão de pessoas e recursos humanos. A presença de um corpo técnico nas unidades produtoras, gerenciadas por executivos, libera os usineiros de tarefas que anteriormente costumavam ser de sua responsabilidade. Embora não seja novidade, isso tem denotado, cada vez mais, um *distanciamento gradual entre o usineiro e a usina*, onde pleno funcionamento desta última não depende da coordenação direta do primeiro. No caso de grupos estrangeiros, esse distanciamento é ainda mais evidente, uma vez que seus proprietários sequer residem no Brasil. Quanto aos grupos locais, isso sugere um maior envolvimento desses usineiros em outras atividades empresariais.

Essa transformação também se manifesta na composição dos cargos de direção das entidades patronais que representam a burguesia do açúcar e do álcool. Na maior parte das vezes, os usineiros não ocupam diretamente essas posições, mas são representados por aliados de confiança com perfil de “liderança” corporativa, frequentemente oriundos de cargos executivos em grupos empresariais. Esses representantes, no geral, são figuras com capacidade de elaboração e dão sustentação à nova retórica de legitimação fabricada pelo empresariado do setor.

Ao incorporar o ideário do *colaborador* e intensificar a gerencialização das usinas e destilarias através da figura do funcionário executivo de alta qualificação, persiste uma convivência entre práticas empresariais modernas e antiquadas. Os ambientes da gestão e do processamento industrial dos derivados da cana têm se tornado progressivamente “modernos”. No entanto, isso não se aplica à agricultura na mesma proporcionalidade. Durante o período safrista, mais uma vez apesar do avanço da mecanização, mais de cem mil trabalhadores, em média, são contratados para o exercício do corte manual na *zona da cana* nordestina.

Ainda que o pagamento por produção (no caso, por tonelada cortada) seja uma prática nacionalizada na remuneração desses trabalhadores, a divisão inter-regional do trabalho — sob os auspícios do *desenvolvimento desigual e combinado* — impõe, historicamente, uma pressão salarial para baixo no Nordeste do país. Em média, os trabalhadores recebem entre seis e oito reais por cada mil quilos de cana cortada.

Embora, especialmente entre 2005 e 2015, tenha ocorrido uma tendência à formalização dos postos de trabalho, o salário fixo que consta nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social torna-se, na prática, um artifício. Análogo ao *salário por peça* discutido por Marx (1980), o pagamento por tonelada cortada reflete a urgência empresarial de elevação dos índices de produtividade, a única capaz de torná-la *economicamente viável*. Isto posto, os trabalhadores canavieiros do Nordeste se veem constrangidos a elevar sua média diária de toneladas cortadas, encaminhando-se uma articulação orgânica entre produtividade e exploração do trabalho (Bezerra, 2018).

Aos cortadores de cana, impõem-se a manutenção de seu emprego e a satisfação de sua sobrevivência básica. A segunda depende da primeira. Para atingi-las, é compulsório ser, no mínimo, medianamente produtivo. Assim, institui-se um desequilíbrio entre salário e esforço físico, uma vez que a política salarial adotada pelo setor sucroalcooleiro na região transforma o que seria pagamento de custos da força de trabalho em maior intensidade do trabalho, logo, em maior produtividade.

Mesmo um dirigente de um sindicato patronal admite que o trabalho nos canaviais é desgastante:

É serviço pesado? Lógico que é! Mas tem cortador de cana ganhando 3 mil reais. E três mil reais, numa profissão onde o empregado não teve uma chance, nem uma oportunidade de estudar, é bem remunerado [...], com todos os seus direitos reconhecidos, que não é favor nenhum do produtor, do industrial, isso aí é obrigação mesmo e a lei obriga isso (Entrevistado 1, entidade patronal).

Com argumentos desse calibre, tenta-se convencer os trabalhadores de que o pagamento por produção lhes é benéfico. Alimentada pelas práticas administrativas das unidades agroindustriais, essa modalidade inflige ao cortador de cana uma confusão entre intensidade do trabalho e sobrevivência. Com isso, evidencia-se que a política salarial praticada na agroindústria canavieira desgasta a vida dos trabalhadores, acirra a exploração, incrementa a taxa de mais-valia e atua como um dispositivo de controle e desmonte do trabalho. Com base nela, o empresariado sucroalcooleiro elabora estratégias que ampliam o trabalho excedente, através da unidade entre os mecanismos de controle e gestão da força de trabalho, da qual o ideário do *colaborador* é exemplar.

Nessa trama, a dialética *moderno-arcaico* adquire dimensão fundamental tão quanto atual. Uma prática anacrônica como o salário por peça, criticada até mesmo por pensadores da Economia Política nos séculos XVIII e XIX, acaba por ganhar ares de inovação e aparência benemérita. Vale-se, para tanto, do *colaborador* e da falsa ideia de que os ganhos de produtividade são positivos a *todos* que, indistintamente, “fazem” a empresa.

Não sendo suficiente, é recorrente entre os grupos empresariais a aplicação de estratégias de competitividade entre os trabalhadores. O exemplo mais emblemático é o dos “campeões” de produtividade, isto é, os trabalhadores que mais cortam cana em um determinado mês. A estes se retribui com premiações (na maior parte das vezes, eletrodomésticos). Há também as atividades de “integração” tidas como “recreativas”. Assim nos relatou um dirigente patronal:

Nós temos programas de integração social. Nesse espetáculo de teatro [apresentado nas usinas e destilarias] apresentamos valores de uma forma leve, com humor, agradável para cada uma das cinquenta e tantas turmas de trabalhadores, 58 turmas com 50 trabalhadores cada turma, entendeu? Esse espetáculo é apresentado para os trabalhadores e as suas esposas e num clima bem divertido, bem engraçado são discutidas as questões como, por exemplo, a comida que ele leva para o trabalho, suas condições para trabalhar no dia seguinte, já que tem que ter cuidado com vícios, sobre limpeza... Bom, são pequenas coisas, mas engraçadas e divertidas (Entrevistado 2, entidade patronal).

Já ao comentar sobre as ginásticas laborais, ele não fez questão de ocultar os vínculos acintosamente estabelecidos em relação ao rendimento do trabalhador na jornada de trabalho. E mais: entende a ginástica como prática de *qualificação* do trabalhador. Em suas palavras:

Outra coisa que aconteceu também, ao longo desse período, foi uma prática intensiva de ginástica laboral, uma incorporação da ginástica laboral com alongamento, inclusive um estudo muito bem feito por um pessoal de Ergonomia sobre cadeia musculares, mas o que realmente valeu é que a ginástica laboral passou a ser uma prática de todo mundo. Assim, é uma coisa que todo mundo tem prazer e sente a importância. [Disso resulta] um incrível domínio da vontade e uma capacidade de trabalho diferenciada (Entrevistado 2, entidade patronal).

De ambos os exemplos, o que se extrai é uma *conversão instantânea e sistemática da qualificação profissional e das atividades “sociais” em formas de acirrar o controle do trabalho*. No caso da ginástica, por exemplo, seu impulso

é deliberadamente *produtivista*, porém enrustido do argumento de preocupação com a saúde do trabalhador, transformado em falacioso no instante em que nosso interlocutor revela requerer uma “*capacidade de trabalho diferenciada*”.

Contraditoriamente, a intensificação da produtividade convive com um conjunto de conquistas civilizatórias dos trabalhadores no período analisado. Processadas sob as condições possíveis da negociação “amena” entre a usinagem do capital e o sindicalismo rural, definitivamente não são irrelevantes. Tornaram-se possíveis graças a uma conjunção de fatores, dentre os quais podemos destacar três: i) a construção de uma pauta sindical pleiteada junto ao empresariado; ii) a mobilização de diversos setores da sociedade em torno da exploração do trabalho dos cortadores de cana, visibilizando-a, denunciando-a (o trabalho infantil, em particular, ganhou muita notoriedade; iii) as condições possibilitadas por governos progressistas, como os de Lula da Silva (2003-2010), do qual resultou o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

Os avanços favoráveis ao trabalho ocorreram especialmente entre 2008 e 2015. Durante essa série histórica, houve uma queda significativa da informalidade no setor sucroalcooleiro e muitos outros elementos foram suplantados: a exploração do trabalho de crianças e adolescentes; a presença de intermediários entre canavieiros e usinas, até então responsáveis pelo recrutamento e pelo pagamento dos trabalhadores (os chamados “gatos”); os “gaiolões” foram substituídos por ônibus; presenciou-se a obrigatoriedade de distribuição de equipamentos de proteção individual. No entanto, mesmo conquistas dessa natureza, não são definitivas ou inabaláveis. Nossa história recente é abundante em exemplos que confirmam essa avaliação. Assim destacou uma militante do movimento popular com quem dialogamos:

O que eles [os patrões] se beneficiaram nesse processo mais recente foi com a reforma trabalhista, que precarizou bastante o trabalho e aí deu um fôlego a eles para diminuir os direitos da classe trabalhadora. Isso ajudou os usineiros, acho que estão sobrevivendo é com essa reforma, porque nos últimos anos eles entraram em crise (Entrevistada 5, movimento popular).

A partir das razões expostas, pode-se concluir que a manutenção do processo produtivo na agricultura, ainda assentado no corte manual e em baixos salários, é fundamental para a reprodução do processo de acumulação dos usineiros na *zona da cana* nordestina. Nesse sentido, as tensões entre conquistas dos trabalhadores e “concessões” dos usineiros têm no elemento da produtividade um nó crucial. Os avanços nas condições e relações de trabalho acabam por também configurar melhores condições para que seja alavancado o ritmo produtivo das unidades agroindustriais.

Assim, a nova geração do empresariado do açúcar e do álcool utiliza-se das benesses que tanto antigas quanto novas práticas empresariais lhes proporcionam. Ao contrário do modo como tratam o ambiente industrial das usinas e destilarias, pouco ou quase nada altera o processo de trabalho na agricultura. Em contrapartida, atualizam seus mecanismos de controle e gestão do trabalho, tornando as empresas cada vez mais *gerenciáveis* e *modernas*, adequadas às práticas correntes no capitalismo contemporâneo, sem deixar de, quando possível, tratar como “novo” o que é “velho”, a exemplo do pagamento por produção. Entre a perpetuação e a mudança, os elementos sintetizados nos fornecem um panorama do processo produtivo. Agora, torna-se imperativo decifrar a atuação econômica dos usineiros *do lado de fora* das usinas e destilarias.

***Fora da usina: a diversificação crescente dos métodos de acumulação***

O movimento expansivo dos métodos de acumulação pelos usineiros é um fato consumado. Se, em tempos passados, seu lucro esteve majoritariamente ligado ao universo da produção agroindustrial, a série histórica analisada revela uma nítida extrapolação desse limite. Na atualidade, o usineiro é mais que usineiro. A aura do *tradicional* é, pura e simplesmente, incapaz de explicá-lo. Embora, na maior parte das vezes, herdeiro da tradição familiar de substrato oligárquico, esse *empresário moderno* tende a diversificar a aplicação de seus capitais, investindo em negócios capazes de ampliar o *quantum* de capital acumulado. Pouco importa se na cidade ou no campo, na indústria ou na agricultura, no capital comercial ou no capital bancário, no setor de serviços ou financeiro: o critério decisivo é, evidentemente, a rentabilidade. Sintonizado à dinâmica capitalista de seu próprio tempo, esse segmento empresarial compreendeu, na era do agronegócio, a necessidade de operar segundo o esquema de portfólio de investimentos. Incapazes de se despir por inteiro dos traços de *proprietários fundiários*, os usineiros nordestinos de hoje, ainda que predominantemente atrelados ao peso de uma tradição secular, são cada vez mais *empresários modernos*.

Em torno dessa configuração, verifica-se, de um lado, a relação estabelecida entre usineiros, empresas estrangeiras e bancos, bem como sua participação em outros setores da economia; de outro, nota-se também a inserção de diferentes setores econômicos no agronegócio canavieiro. Trata-se de uma conformação mais complexa do que se possa presumir.

Há quase duas décadas, em 2007, o jornal *Folha de São Paulo* noticiou: “Os usineiros nordestinos passaram a produzir açúcar e álcool no Triângulo Mineiro, em São Paulo, em Goiás e em Mato Grosso. O grupo João Lyra (do empresário e ex-senador João Lyra) já tem 60% de sua produção fora do estado” (*Folha de S. Paulo*, 8 jul. 2007). Esse exemplo indica uma característica que parece generalizável ao patronato rural e agroindustrial no Brasil, qual seja, que ele detenha vários investimentos, em diversos setores, sendo a terra mais um deles. Se antes era possível analisar de maneira sistemática o papel do capital bancário, do capital produtivo e do capital comercial, esse entrelaçamento de funções — exemplificado na ampliação dos dispositivos de acumulação dos usineiros — confirma a complexificação crescente da atuação burguesa.

No caso dos usineiros, essa tendência não é exatamente recente ou inédita. Seu avanço, todavia, vem acontecendo em ritmo que não se verificava em momentos anteriores. Neste sentido, *identificamos uma tendência crescente à diversificação dos métodos de acumulação como uma das características mais marcantes da morfologia contemporânea dos usineiros do açúcar e do álcool no Nordeste brasileiro*. É a partir de sua expansão, da aplicação de seus capitais em outros negócios, da ânsia por tornar-se cada vez mais empresário e cada vez menos proprietário rural em sentido estrito, que se fortalece sua posição dominante, cuja reprodução requer uma adequação às leis próprias de funcionamento da economia política do agronegócio (Delgado, 2010).

Na *zona da cana* nordestina, um dos precursores dessa tendência foi o agroindustrial alagoano Carlos Lyra (1925-2017), respeitado e admirado pelos empresários de sua geração e visto pelas atuais como um pioneiro de profundas mudanças na organização empresarial do setor no Nordeste. Já mencionado algumas vezes, Carlos Lyra, herdeiro da tradição canavieira em seu estado, foi o fundador e proprietário de um grupo empresarial que leva seu nome. No início dos anos 1950, iniciou seus negócios na Algodoeira Lagense. Na

década de 1960, adentrou no negócio da cana-de-açúcar, assumindo o controle da Usina Caeté. O pioneirismo de Lyra em diversificar seus métodos de acumulação foi perene: nos idos de 1970, ingressou no setor agropecuário; nos anos 1980, no de táxi-aéreo; nos anos 1990, nos de rádio e TV e químicos e fertilizantes; ainda naquela década, expandiu seus negócios com os derivados da cana através de abertura de usina no estado de Minas Gerais (Agroindustrial Volta Grande), extrapolando fronteiras regionais.

A este respeito, lê-se em informativo oficial dos usineiros do estado de Alagoas trechos como os seguintes:

[Carlos Lyra] foi um empresário com características empreendedoras positivamente diferenciadas para seu tempo, quando se considera o largo espectro de seus empreendimentos e o alcance social e econômico dos mesmos, cujos resultados repercutem de forma significativa para as regiões onde se localizam e, em especial, para nosso estado de Alagoas (Informativo Agora, 25 ago. 2017).

Por ter o exercício de uma liderança típica, [Carlos Lyra] tornou-se um companheiro admirado pelos seus contemporâneos e reverenciado pela sua família de sucessores empreendedores dedicados e vitoriosos. É com essa memória de realizações e de comportamento e com esse exemplo empreendedor que a saudade do Carlos Lyra será superada (Informativo Agora, 25 ago. 2017).

As iniciativas emplacadas pelo pioneiro, os setores escolhidos, tornaram-se desde então uma referência ao empresariado do açúcar e do álcool no Nordeste quando o assunto é a diversificação das vias de acumulação. E hoje, sob o impulso da hegemonia do capital financeiro e do agronegócio, quaisquer possibilidades promissoras de lucro são interessantes, independente se o negócio é no setor produtivo, comercial, tecnológico ou financeiro.

Uma de nossas interlocutoras, militante do movimento popular, chama atenção para o seguinte:

Precisamos levar em conta que de 2000 para cá eles não expandiram muito territorialmente aqui no Nordeste. Diferente do Cerrado ou da Amazônia, aqui eles não têm mais pra onde crescer. Então eles estagnaram naquela porção de terra que já tinham e deram seu jeito para compensar isso com produtividade e diversificando a produção deles (Entrevistada 4, movimento popular).

No caso do estado da Paraíba, outra entrevistada afirma que uma das principais novas fontes de investimento é a própria agricultura. Na visão do movimento do qual faz parte, “[os usineiros] *têm apostado na criação de gado e no cultivo de eucalipto, de Itabaiana pra cá* [João Pessoa] *tem sido isso, algo bem claro pra nós, bem visível*” (Entrevistada 5, movimento popular). Nesse mesmo estado, há também grupos empresariais que, à semelhança dos Lyra em Alagoas, têm atuado no agronegócio da cana em outros estados. É o caso da Japungu Agroindustrial, que nas palavras de um dirigente patronal:

É reconhecida no Brasil todo [a Japungu]. É aqui da Paraíba, onde eles têm duas unidades produtoras. Continuam com duas aqui e quatro no Sudeste: três em Goiás e uma em Minas Gerais. Tudo um sucesso. Me dá uma alegria pertencer e ser conhecedor de um pessoal desse (Entrevistado 1, entidade patronal).

Originariamente pernambucanos, os Tavares de Melo também têm diversificado a aplicação de seus capitais, atuando nos estados de Pernambuco e Paraíba. Por um período, arrendaram suas terras e venderam as instalações da Usina Giasa, localizada no município de Pedras de Fogo (PB), para a mencionada multinacional *Louis Dreyfus Commodities*. Em 2019, com o abandono da operação Biosev da *Louis Dreyfus*, retomaram seus negócios nessa unidade. Afora isso, ingressaram na onda expansiva do agronegócio

sucroalcooleiro no Mato Grosso do Sul. Figura-se, atualmente, entre as dez principais empresas nesse estado em que os derivados da cana-de-açúcar concentram 18% do total de agroexportações.

Em Alagoas, a diversificação de capitais constitui fator de relevo para um grupo como os Lyra, que tem decretado falência de suas unidades produtoras de açúcar e álcool. Elemento que chama atenção nesse estado, a contar com participação desse grupo, é o *cooperativismo empresarial*. A Cooperativa Pindorama, mencionada no mapeamento das empresas em operação, possui uma usina de açúcar, uma destilaria de álcool e organiza a produção de mais de oitenta produtos para comercialização, oriundos não só da cana-de-açúcar, mas da fruticultura e dos laticínios. Na prospecção de um dirigente patronal, é preciso alimentar iniciativas como “*cooperativismo e associativismo, pois temos que nos fortalecer e divulgar um produto que nós temos, que gera emprego, alimento, combustível limpo e, num futuro bem próximo, biogás de vinhaça*” (Entrevistado 1, entidade patronal).

Com uma moeda própria que circula entre os cooperados e estimula o consumo de seus produtos, assim o diretor comercial da Cooperativa Pindorama analisa a necessidade de diversificação dos negócios:

A gente enxerga dentro da indústria do setor, muitas oportunidades para que você saia dessa base do açúcar e do etanol, explorando outros caminhos ante a necessidade de gerar mais resultados para o cooperado. Temos hoje mais de 80 produtos, além da área de suco, álcool 70 em gel, com aroma, entre outros (Klécio José dos Santos, diretor da Cooperativa Pindorama).

Parece-nos que a diversificação dos negócios representa uma medida *defensiva e expansiva* da atual geração de usineiros no Nordeste brasileiro. Por meio dessa estratégia, esse segmento não só fortalece sua posição econômica, mas também se posiciona de maneira mais sofisticada no campo político-ideológico. Um dos negócios de usineiros mais comuns entre os estados analisados é a propriedade ou interferência direta sobre emissoras de rádio e TV, além de jornais impressos. Em Pernambuco, por exemplo, a TV Tribuna, afiliada da Rede Bandeirantes, pertence ao grupo João Santos, enquanto o jornal Folha de Pernambuco é dos Queiroz Monteiro. Na Paraíba, os tradicionais Ribeiro Coutinho monopolizam a Rádio Arapuan, entre outros exemplos. É importante notar que, nos negócios envolvendo meios de comunicação, destaca-se um diferencial: trata-se, certamente, da mais antiga diversificação de empreendimentos dos usineiros.

Também há indícios de uma crescente entrada dos usineiros no setor imobiliário. Além disso, é importante listar os investimentos em setores tecnológicos voltados à dinâmica produtiva do próprio setor sucroalcooleiro. Um ponto delicado nesse emaranhado é a participação desses empresários no circuito financeirizado do capital. No caso dos grupos tradicionais, a aplicação de ativos em bolsas de valores, por exemplo, integra as *operações econômicas* da empresa, embora detalhes dessas ações não sejam divulgados publicamente.

Ademais, o dinamismo dos métodos de acumulação implica, pelos mesmos processos, *expropriações contemporâneas*, tornadas “[...] agressivas e potencialmente ilimitadas, ao converter características humanas, sociais ou elementos da natureza em potenciais mercadorias” (Fontes, 2011, p. 45). Em tais condições, nas quais o *arcaico* e o *moderno* interagem organicamente, percebe-se a expropriação dos meios de produção e

subsistência a partir de sua contemporaneidade, e não como um fenômeno datado da “pré-história” do capitalismo.

Podemos recorrer a um exemplo em Pernambuco: a Usina Trapiche, pertencente ao Grupo Serra Grande. Esta usina é uma das principais fornecedoras de açúcar para grandes monopólios, como a Coca-Cola, e presta serviços para outras multinacionais, incluindo Bunge, Unilever e Pepsico. Localizada em Sirinhaém, no Litoral Sul do estado, a usina e o monocultivo por ela praticado correspondem surpreendentemente a 72% da área total do município. Não sobra terra para quase nada nem para quase ninguém. Desde os anos 1980, essa região tornou-se uma arena intensa de conflitos entre usineiros e comunidades tradicionais e pescadores (Marques et. al., 2022).

Esse exemplo evidencia como a engenhosa combinação entre expropriação e acumulação, sustentada pelas motivações econômicas mais diretas dos usineiros, se articula à reatualização da defesa do monopólio privado da terra e do favorecimento que ele garante à reprodução do patronato agroindustrial. Embora o tradicionalismo conservador constitua um traço intransponível da atuação dos velhos usineiros, essa defesa busca hoje projetar uma imagem “agro-social”, em dissonância flagrante com a realidade concreta. Na prática, o que persiste é a usurpação de um meio de produção universal como a terra e a corrosão da força de trabalho, revelando a face crua da dominação de classe no campo brasileiro.

### ***Comentários conclusivos***

As atuais rotas de acumulação dos usineiros nordestinos evidenciam uma configuração complexa, marcada por permanências e transformações que atravessam tanto os limites internos da produção agroindustrial quanto as relações com outras frações do capital. Ao longo do texto, procuramos demonstrar que a reprodução dessa fração burguesa não se dá apenas pela manutenção de sua posição tradicional no campo da produção dos derivados da cana-de-açúcar, mas pela diversificação na aplicação de capitais. Em nossa avaliação, tais rotas não se restringem ao universo *stricto sensu* da produção agroindustrial, mas se estendem a outras atividades econômicas, redefinindo os mecanismos de acumulação e as ampliando as funções de classe desempenhadas por esse segmento.

No interior da usina, a lógica de acumulação permanece fortemente vinculada ao controle da terra, à exploração da força de trabalho e à permanência da monocultura canavieira como eixos estruturantes da atividade econômica que praticam. Essa dimensão interna mostra como o núcleo produtivo agroindustrial segue sendo um espaço fundamental de valorização e de sustentação político-econômica, onde as velhas estruturas do latifúndio e da exploração do trabalho continuam a exercer papel determinante, mas influenciadas pela reestruturação produtiva do parque agroindustrial sucroenergético pós-1990, cenário em que a ultra-especialização emergiu como estratégia competitiva (Carvalho, 2008). Já fora da usina, identificamos uma dinâmica cada vez mais evidente de diversificação, seja por meio da expansão dos negócios em áreas como agropecuária, meios de comunicação, construção civil, táxi aéreo, entre outros, seja pela intensificação de parcerias estratégicas com grupos empresariais de maior envergadura.

Essa dupla articulação – dentro e fora da usina – ajuda a compreender como os usineiros nordestinos se mantêm ativos e influentes, mesmo diante de crises e transformações que, em princípio, poderiam ter ameaçado sua sobrevivência. Ao longo do texto, ao observarmos a dinâmica *dentro e fora* das unidades produtoras, percebemos que ambas constituem dimensões indissociáveis de um mesmo processo de reprodução do capital. A rigor, a agroindústria concentra, em sua estrutura e dinâmica, a extração direta de mais-valor, expressa na exploração da força de trabalho, na intensificação da produtividade e na absorção de inovações tecnológicas no processamento do açúcar e do álcool (o que viabiliza, nos termos de Marx, uma elevação na *composição orgânica do capital*). Já o que acontece “fora da usina” evidencia a extensão dessa realidade a outros setores produtivos ou a inovação nos mecanismos de acumulação através da abertura de negócios com os quais esses empresários não transavam em tempos anteriores. Há um reforço mútuo entre uma dimensão e outra: o excedente apropriado na produção agroindustrial é favorecedor da inserção em novas rotas de acumulação, enquanto o êxito dos negócios fora da usina retroalimenta a possibilidade de reprodução ampliada dentro dela.

É necessário reconhecer, contudo, que a interpretação aqui apresentada ainda precisa ser expandida, aprofundada e problematizada. As dificuldades metodológicas são evidentes: trata-se de um campo de pesquisa em que o acesso ao sujeito – o usineiro – é extremamente restrito, assim como é restrito o acesso a determinadas informações empresariais. Por isso, o que se oferece neste texto é, em grande medida, um esforço de aproximação, que busca lançar luz sobre tendências em curso, sem pretender esgotar a complexidade do tema.

Do mesmo modo, é importante destacar os limites da análise. O foco concentrou-se na dinâmica econômica, com ênfase nos processos de diversificação e expansão dos mecanismos de acumulação. Entretanto, a compreensão mais abrangente da burguesia do açúcar e do álcool no Nordeste brasileiro exige a problematização de dimensões outras, decisivas para o entendimento de sua configuração atual. A organização política desses empresários, suas perspectivas ideológicas, a relação que estabelecem com o Estado, são aspectos fundamentais que compõem as práticas de classe desse segmento burguês e que, na tese (cf. Bezerra, 2022), buscamos desenvolver de maneira mais sistemática.

Fato é que as rotas de acumulação identificadas constituem um ponto de partida para investigações futuras. Elas nos permitem vislumbrar os caminhos por meio dos quais os usineiros se atualizam, reconfiguram suas formas de dominação-exploração e se mantêm como um ator relevante no interior do capitalismo dependente brasileiro. Mas também nos lembram que tais rotas não são lineares nem isentas de contradições: elas se constroem em meio a tensões, crises e disputas que configuram, de modo particular, a experiência histórica dessa fração da classe dominante.

Por fim, parece-nos importante enfatizar que os resultados aqui apresentados não refletem um particularismo isolado dos usineiros nordestinos. Pelo contrário, o exame desse segmento do patronato agroindustrial confirma tendências mais amplas das classes dominantes no campo brasileiro a partir da instituição do agronegócio (Bruno, 1993; Delgado, 2009; Fontes, 2009). Nossa síntese constituiu tão somente um exercício de análise localizado, concentrado em um setor produtivo e em uma região específica.

**Referências:**

- BEZERRA, L. **O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- BEZERRA, L. **A burguesia do açúcar e do álcool no Nordeste brasileiro: um estudo sobre suas práticas de classe (2005-2020).** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2022.
- BRUNO, R. Patronato rural: a modernização da retórica. **Reforma Agrária**, v.1, n.1, abr. 1993.
- CARVALHO, C. P. Setor sucroalcooleiro de Alagoas: a ultra-especialização como estratégia competitiva. **Anais do XLVI Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Rio Branco, Acre, 2008.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FONTES, V. Expropriações contemporâneas: um primeiro debate teórico. **Cadernos Cemarx**, São Paulo, 2009.
- FONTES, V. Prefácio. In: MENDONÇA, S. R. **O patronato rural no Brasil recente: 1964-1993.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- GUANAIS, J. B. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira.** 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- TENÓRIO LIMA, J. R. Colheita mecanizada da cana-de-açúcar: o que nos revelam os especialistas do setor sobre as motivações e impeditivos da sua adoção na realidade canavieira de Alagoas? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.29, n.1, p.219-245, fev./mai, 2021.

---

**Notas**

<sup>1</sup> Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Ufal. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão Agricultura e Sociedade (Gepas/Ufal/CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6304680071717288>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1297-2224>. E-mail: [lucasbezerra.1917@gmail.com](mailto:lucasbezerra.1917@gmail.com).

<sup>2</sup> Escapa à nossa delimitação discutir os elementos do processo produtivo em estados do eixo Centro-Sul. Para um estudo recente a este respeito, voltado sobretudo à investigação das condições e relações de trabalho, ver Guanais (2016).

Recebido em: 27 de ago. 2025.

Aprovado em: 2 de dez. 2025.